

Freixo de Espada à Cinta anuncia auditoria às contas do anterior executivo

O presidente da Câmara revela que já foi participado ao Ministério Público um caso para que se averiguem eventuais responsabilidades relativas às contas do município nos anos de 2019, 2020 e 2021.





Gabinete de Comunicação	Tema: Auditoria às contas do anterior executivo	Meio: Observador	Data: 22/06/2022
-------------------------	---	------------------	------------------

O presidente da Câmara de Freixo de Espada à Cinta, Nuno Ferreira, anunciou esta terça-feira que está a realizar uma auditoria às contas do anterior executivo e que “já foi enviado para o Ministério Público” um caso detetado.

O autarca socialista, que sucedeu à social-democrata Maria do Céu Quintas, nas autárquicas de setembro 2021, afirmou à Lusa que **encontrou “uma situação financeira com constantes “surpresas”** que motivou uma auditoria interna.

De acordo com o autarca, deste levantamento resultou uma participação ao Ministério Público que envolve a sociedade transfronteiriça Congida-La Barca e a decisão de uma auditoria externa às contas do município relativas aos anos de 2019, 2020 e 2021.

A questão participada ao Ministério Público tem a ver com a sociedade constituída pelos municípios de Freixo de Espada à Cinta, em Portugal, e Vilvestre, em Espanha, responsável pelos passeios de barco no Douro Internacional, entre a Congida e La Barca.

É inadmissível que houvesse trabalhadores fictícios e o mais grave ainda é haver dois catamarãs e ninguém saber do paradeiro deles e irmos descobrir agora que um deles foi vendido por três mil e pouco euros, quando um catamarã novo custa cerca de 50 mil euros”, critica o autarca.

Na mesma sociedade, Nuno Ferreira diz que foi encontrada uma dívida de “40 mil euros” a advogados, “num processo que tinha um ónus de 10 mil euros, mas só em advogados já são 40 mil euros”.



Gabinete de Comunicação	Tema: Auditoria às contas do anterior executivo	Meio: Observador	Data: 22/06/2022
-------------------------	---	------------------	------------------

O autarca disse que **o caso já foi participado ao Ministério Público** para que sejam averiguadas eventuais responsabilidades nesta matéria.

O socialista afirmou que estas ações resultam de ter pegado numa câmara “sem dinheiro para pagar a funcionários, que está em rutura financeira” com uma dívida global que “supostamente seria de 11,5 milhões de euros” e que, quando começou “a analisar as faturas que não estavam cabimentadas e que estavam na gaveta, é de mais de 14 milhões de euros”.

Segundo disse, “as contas de 2020 e 2021 nem sequer estavam inseridas no SISAL”, o Sistema de informação para o Subsetor da Administração Local, da Direção-geral da Administração Local (DGAL).

Financeiramente tem sido surpresa atrás de surpresa”, vincou, indicando que, **“só com uma firma de advogados, há uma dívida de mais de 680 mil euros”**, sem que o município tenha “nenhum processo cabal em tribunal que justifique essa mesma importância”.

A Câmara de Freixo de Espada à Cinta já recorreu anteriormente duas vezes aos programas nacionais para resolver o problema do endividamento e o novo autarca avançou à Lusa que vai pedir novamente ajuda.

“Temos estado a trabalhar para poder aderir ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) porque dá taxas de juro vantajosas para o município e para equilibrar as contas do município. O que se pretende é que aquilo que se possa pagar seja algo compatível com as finanças da autarquia”, explicou.

Contactada pela Lusa, a anterior autarca, Maria do Céu Quintas, escusou-se a comentar.